

**INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA EM DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO SUSTENTÁVEL – IPADES**

RECURSOS NATURAIS E FORMAÇÃO ECONÔMICA DO AMAPÁ

Francisco Benedito da Costa Barbosa

Sócio Fundados – IPADES

O Estado do Amapá teve sua formação socioeconômica pautada nos recursos naturais – exploração mineral e florestal. Esta condição ainda está muito presente na economia, na política de desenvolvimento e na cultura desse estado amazônico.

Ele foi pioneiro na garimpagem na região amazônica. Em 1602, holandeses teriam adentrado no estuário do rio Amazonas, mais precisamente no rio Maracá e lá descobriram ouro, dando início a atividade de garimpo (Ferreira, 1990).

A garimpagem – extração de minério de forma artesanal – perdurou como modalidade extrativa mineral até o final da primeira metade do século passado. A descoberta de grandes quantidades de ouro no território amapaense, na região de Amapá-Calçoene, atraiu rápida migração, de brasileiros e estrangeiros guianenses, aumentando a disputa pelas terras do contestado franco brasileiro. Esse ciclo mineral começa em 1882, quando crioulos da Guiana Francesa descobriram ouro no rio Flexal, ao sul do atual município de Amapá, e ali se instalaram para desenvolver a garimpagem (DNPM, 1986).

Desde a segunda metade do século passado, a extração mineral artesanal vem sendo reduzida, principalmente em função da criação de áreas impeditivas à mineração. Contudo, áreas garimpeiras tradicionais, como a região do Lourenço, e Vila Nova continuam ativas e constituem a principal ocupação econômica dessa região. Contudo, essas áreas, mesmo com a atuação da Cooperativa de Mineração dos Garimpeiros do Lourenço (COOGAL), estão em crescente declínio da produção, segundo informações de garimpeiros.

Começa a fase da mineração industrial, sendo o Amapá novamente pioneiro na Amazônia, com a instalação da Indústria e Comércio de Minérios Sociedade Anônima (ICOMI), em 1957, com a extração do minério de manganês descoberto na Serra do

Navio, hoje município amapaense. Essa indústria foi considerada como uma alavanca ao desenvolvimento do então Território Federal do Amapá e um modelo para a Amazônia. Instalaram uma grande infraestrutura com parque industrial, na Serra do Navio, uma estrada de ferro para escoamento da produção em Santana, hoje município e porto do Amapá. A atividade da ICOMI estendeu-se até 1997, (Monteiro, 2005). Atualmente o município de Serra do Navio tenta usufruir de um turismo histórico dessa industrialização.

Na década de 1970, com incentivos do Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Polamazônia), várias empresas mineradoras se instalaram no Amapá, destacando-se a Caulim da Amazônia Sociedade Anônima (CADAM), que explora mina de caulim no Morro do Felipe, no atual município de Vitória do Jari.

Após um período de queda, ao final do século passado, das atividades da mineração industrial, no Amapá, ela voltou a se consolidar como das principais atividades econômicas do Estado no início do século atual, em virtude do *boom* das *commodities* minerais, puxada principalmente pelo crescimento da economia chinesa. Mas, com a crise internacional de 2008, esse quadro voltou a se inverter.

Mesmo assim, a atividade mineira continua forte no Estado. Atualmente são nove os distritos mineiros no Amapá: Lourenço, Vila Nova, Amapari, Jari, Porto Grande, Macapá/Santana, Tartarugalzinho Tracajuba, Cupixi, Igarapé do Breu. Eles exploram: ouro, cromo, ferro, manganês, caulim, bauxita, tantalita, argila, saibro, agregados (AP, 2016).

Quando em crescimento essa atividade contribui bastante com a balança comercial do Estado, pois além do pagamento de *royalties*¹, o pagamento de impostos e salários e, a criação de fundos financeiros para os municípios diretamente atingidos, ajuda no crescimento da economia local. Além disso, algumas empresas adotam políticas de sustentabilidade social, através do incentivo às atividades produtivas sustentáveis, promovendo a capacitação técnica e financiando projetos.

No entanto, a atividade mineradora tem prazo de validade, assim sendo, o papel do Estado é importante para mobilizar a sociedade local para a discussão sobre onde e, como, devem ser investidos os recursos, bem como, na indicação de quais atividades poderão ser contempladas, de acordo com a potencialidade natural de cada região. Veja-se o exemplo da exploração do manganês, deixado na Serra do Navio, que não é animador. O Amapá tem sofrido da “maldição da mineração”, ou seja, a

abundância de riqueza mineral, mas que não se transforma em desenvolvimento econômico.

O outro segmento extrativo amapaense é o florestal. Este que sempre teve uma ação exploratória predatória, conta hoje com um planejamento para sua exploração. O Governo do Estado estabeleceu área de 2,4 milhões de hectares, a Floresta Estadual do Amapá (FLOTA-AP) em quatro módulos, que se estendem do Sul ao Norte do Estado. Esta área pode ser explorada por meios de concessões florestais para a extração da madeira, via manejo sustentável. Mesmo sendo um recurso renovável, o extrativismo florestal segue o padrão normal dessa atividade, ou seja, não atende uma demanda crescente. O reflorestamento é imprescindível.

O segmento industrial mineiro e florestal, incluindo-se o de reflorestamento, contribuiu apenas com 10,5% do PIB estadual em 2014. Por sua importância na formação econômica do Amapá é uma participação pequena. Como o setor agropecuário só contribuiu com 2,1% do PIB, no mesmo período, verifica-se um desequilíbrio na economia amapaense que ficou a depender de 87,4% da participação do setor terciário, sendo o setor governo com 44,3% e o setor privado com 43,1% (AP, 2017).

Alia-se a formação econômica pautada no extrativismo de recursos naturais, a política de preservação que predomina no Estado do Amapá. A área preservada atinge 72% do território e, ainda está em discussão, a criação do Corredor da Biodiversidade, que elevará para 85% a área do Estado a ser preservada.

Essa tendência preservacionista começou após a II Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, realizada em 1992, no Rio de Janeiro, mais conhecida como Rio-92. Para os planejadores dessa política, embora reconhecendo a fraca contribuição que o modelo até então existente não estava conduzindo o Estado ao desenvolvimento desejado – com crescimento econômico, distribuição de renda e sustentabilidade – optaram por priorizar apenas a sustentabilidade.

O novo modelo de desenvolvimento proposto, conhecido como modelo socioambiental, resultou de uma aliança entre os movimentos ambientalista e social, no sentido de subsidiar alternativas de desenvolvimento que substituam o modelo anterior, gerador de grandes impactos econômicos, sociais e ambientais (Abrantes, 2014).

Conforme Becker (2003), o modelo socioambiental busca a unificação das preocupações sociais e ambientais no Estado, ao fomentar o desenvolvimento de

sistemas agroflorestais, como substitutos às atividades agropecuárias nas regiões florestais, por meio da criação de Reservas Extrativas (RESEX), de projetos Agroextrativistas (PAE), e de Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS).

Com essas reservas tentam comercializar os usos dos ambientes florestais em prol das populações locais. Mas, apesar do modelo socioambiental possuir uma rede de articulação bastante estruturada e receber apoio de segmentos internacionais de cooperação diversos, ele tem se mostrado na prática, fraco e menos integrado regionalmente.

O modelo socioambiental, que não deve ser descartado, é viável para atender nichos de mercado, portanto, inviável como modelo de desenvolvimento que dê crescimento econômico com distribuição de renda para um estado ou região. Isto se comprova após passarem 25 anos da conferência Rio-92, e o desenvolvimento proposto pelo novo modelo não ter se concretizado no desenvolvimento autossustentado das populações a que se propõe atender, bem como, na própria manutenção das áreas preservadas. Estas, com suas respectivas populações continuam a depender do apoio estatal. Por outro lado, o PIB estadual de 2014, e a própria realidade socioeconômica do Amapá, demonstram a sua não eficácia.

A agropecuária amapaense sempre teve desempenho pífio. A agricultura se caracteriza como segmento de subsistência, a pecuária bubalina extensiva tem baixa produtividade nas pastagens naturais. Só recentemente começou a se esboçar a possibilidade de uma agricultura de grãos em larga escala. Essa possibilidade vem ocorrendo a partir de 2008, com as pesquisas da Embrapa Amapá com a soja no bioma Cerrado. A produção vem ocorrendo por conta produtores, principalmente de Mato Grosso, que estão se deslocando para o Amapá. Esse bioma, no Amapá, ocupa 986.189 hectares, mas sua disponibilidade para o cultivo de grãos está em torno de 400 mil hectares, em função da reserva legal e da aptidão agrícola.

A área em questão é cortada pela BR 156, numa extensão de 500 km, e, por duas rodovias estaduais, a AP 070 e AP 340, e por diversos ramais de acesso às comunidades e assentamentos rurais integrando o território aos centros com economia mais dinâmica, favorecendo a entrada de grandes empreendimentos econômicos, sendo um vetor de atração e fixação populacional e de diversas atividades econômicas atreladas às cadeias produtivas dos grãos (Oliveira, 2009).

Os primeiros plantios de soja na região foram em 2001 e envolviam apenas 200 hectares. Em 2012 começaram os plantios comerciais, em 2016 houve a primeira

exportação de soja produzida no Amapá pelo porto de Santana, para Roterdã, na Holanda. Em 2017, a produção atingiu 21 mil hectares com um faturamento de R\$ 60 milhões, sendo que a maior parte do recurso proveniente da exportação do grão é aplicado no mercado local, com a aquisição de equipamentos, contratação de empresas e mão-de-obra. A produção estende-se por quatro municípios: Macapá, Itaubal, Porto Grande e Tartarugalzinho. Com os 400 mil hectares cultivados com grãos – soja, milho e feijão – o Cerrado amapaense produzirá algo em torno dois milhões de toneladas de grãos.

O outro segmento que deve ser modernizado é a pecuária. Essa modernização ocorrerá em dois sentidos. Um é o aumento da produtividade das pastagens naturais; outro será a pecuária em terra firme com a implantação das pastagens plantadas no sistema de integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF), com plantio direto, e fixação biológica de nitrogênio. O Amapá já é considerado zona livre de aftosa com vacinação, o que lhe abre mercado para a carne bubalina e bovina. A consolidação da agropecuária possibilitará o estabelecimento do setor agroindustrial.

Essa nova perspectiva econômica não se apoia apenas nas tecnologias agronômicas disponíveis e nos novos empreendedores, mas a própria sociedade local está otimista em que o quadro socioeconômico do Estado venha a ganhar o tão esperado dinamismo até hoje não concretizado.

Estes indicadores e o sentimento otimista a respeito da consolidação das cadeias produtivas de grãos e da modernização da pecuária no Amapá é uma realidade. É também a constatação do autor deste texto, em pesquisa realizada no Amapá, em setembro de 2017, junto a: Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Amapá (FAEAP), Embrapa Amapá, Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado do Amapá (SDR), Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Amapá (SEMA), Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Amapá (DIAGRO), Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá (IEPA), Associação dos Produtores de Soja do Amapá (Aprosoja-AP), Associação dos Criadores do Estado do Amapá (ACRIAP).² Pessoas da sociedade local também foram ouvidas: comerciantes, funcionários do governo e de empresas privadas, e o bispo diocesano de Macapá, Dom Pedro José Conti.

Observa-se que o modelo existente desde o século XVII, que originou a formação econômica do Amapá e sua adaptação ao modelo socioambiental, a partir da Rio-92, ganhará um segmento novo e diferente de produção. Desta feita, pautado na produção agropecuária de grande escala, sustentada e apoiada em tecnologias

que lhe dão sustentabilidade. O objetivo é contribuir para que o tão almejado desenvolvimento desse Estado venha a ser dinâmico, sustentado e sustentável.

NOTA

1 *Royalties*, plural de *royalty*; na língua inglesa significa direitos pagos à realeza. Na mineração corresponde ao pagamento devido ao proprietário dos bens minerais contidos no subsolo – que no Brasil pertence à União – por parte de quem esteja explorando economicamente os recursos.

2 Pessoas contatadas. **FAEAP**: Francisco Rocha de Andrade, diretor. **Embrapa Amapá**: Jorge Alberto Gazel Yared, chefe geral; Antônio Claudio Almeida de Carvalho, chefe adjunto de transferência de tecnologia; José Adriano Marini, chefe adjunto de pesquisa e desenvolvimento. **SDR**: Robério Anselmo Aleixo Nobre, secretário de estado. **SEMA**: Marco Antônio, coordenador de políticas e normas ambientais. **DIAGRO**: José Renato Ribeiro, diretor. **IEPA**: Wagner José Pinheiro da Costa, coordenador de pesquisas. Aprosoja-AP: Jesus Pontes, associado. **ACRIAP**: Jesus Pontes, presidente.

REFERÊNCIA

ABRANTES, J. S. *(Des) envolvimento local em regiões periféricas do capitalismo: limites e perspectivas no caso do estado do Amapá (1966 a 2006)*. Rio de Janeiro: Gazamond, 2014.

AP. GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ. *Guia do investidor Amapá*. Macapá: Agência de Desenvolvimento Econômico do Amapá, 2016.

_____. Em 2014, Amapá teve queda no ranking do PIB nacional. Disponível em: www.portal.ap.gov.br/noticia/2911/em-2014-amapa-teve-queda-no-ranking-do-pib-nacional
Acesso em: 22.09.2017.

BECKER, D. F. A economia política do (des) envolvimento regional contemporâneo. BECKER, D. F; WITTMANN, M. I. (Org.). *Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul: EDUNESC, 2003, p. 37-66.

DNPM. DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL. *Inventário socioeconômico das regiões auríferas do Território Federal do Amapá. Fase 1: Lourenço, Cassiporé e Vila Nova*. Belém, 1986. Relatório Técnico.

FERREIRA, L. G. As relações sociais no garimpo do Lourenço: um estudo de caso. Belém: UFPA, TCC, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 1990.

MONTEIRO, M. A. Meio século de mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 187-208, 2005.